



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 19 de julho de 2022 - Ata n.º 70.

Aos dezenove dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **70.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 69, de 18 de julho de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, Sr.ºs Deputadas, Sr.ºs Deputados.



EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagem: (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 59/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 343/2022) que altera dispositivos da Lei n.º 20.084, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Programa Cartão Futuro no Estado do Paraná.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) Ofício n.º

1204/2022 do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 344/2022), que cria, transforma e extingue cargos em comissão e funções comissionadas no âmbito do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná; Ofício n.º 553/2022 da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes à liberação de recursos financeiros do FGTS-BSCA 42, destinado ao Governo do Estado do Paraná; Ofício n.º 2153/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2104/2019, do Deputado Arilson Chiorato; Ofício n.º 2148/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1055/2019, do Deputado Tercílio Turini; Ofício n.º 2154/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 710/2019, do Deputado Arilson Chiorato; Ofício n.º 2143/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1793/2019, do Deputado Cobra Repórter; Ofício n.º 2155/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1307/2017, do Deputado Nelson Luersen; Ofício n.º 2146/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 2014/2022, do Deputado Boca Aberta Junior; Ofício n.º 2156/2022 da Casa Civil, encaminhando



resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 5695/2021, do Deputado Coronel Lee; Ofício n.º 398/2022 da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura encaminhando resposta ao Requerimento n.º 5/2022, da Deputada Mabel Canto; Ofício n.º 416/2022 da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1558/2022, do Deputado Soldado Fruet. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não temos oradores inscritos nem no Pequeno, nem no Grande Expedientes. Vamos ao horário das Lideranças, Deputado Soldado Fruet.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Soldado Fruet (PROS); Tadeu Veneri (PT); Ricardo Arruda (PL); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, amigos que nos acompanham por meio das redes sociais, por meio da *TV Assembleia*, boa tarde a todos. Senhor Presidente, uma rápida prestação de contas aqui. Na data de ontem estive em Brasília, em uma reunião com a Ministra Cristina Brito, que está à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Fui atrás de um apoio para nos ajudar a construir, conquistar lá uma clínica de reabilitação para mulheres na nossa fronteira, principalmente Foz do Iguaçu, porque aumentou muito a questão das mulheres no meio da drogadição e não tem nenhuma estrutura somente para mulheres. E também levei ao Secretário da Criança e do Adolescente, o Secretário Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, o Maurício Cunha, está à frente da Secretaria, um problema muito sério que estamos tendo na fronteira, a questão de prostituição infantil. É isso mesmo. Está acontecendo na nossa fronteira. Estão vindo meninas e meninos do Paraguai, crianças se prostituindo no Brasil e na nossa fronteira não há nenhum controle sobre isso, somente controle se há drogas, armas ou mercadorias. O controle de pessoas não existe. Então, é isso que está acontecendo. E essa demanda estou trazendo de



policiais militares que estão abordando algumas vans que vêm de lá com meninas e crianças, certamente é para isso que estão vindo para cá. Então, é um problema muito sério. Aumentaram muito as casas noturnas clandestinas naquela região, a nossa região de fronteira ali, e é justamente nessas casas noturnas que têm essas crianças. Até pedi apoio para resgatarmos uma menina de apenas 13 anos de idade que estava em uma dessas casas noturnas, ela não poderia trabalhar, fazer o programa porque ela estava doente e estava sofrendo maus-tratos. Foi entrado em contato lá e conseguiram resgatar. Infelizmente, conseguiram resgatar, uma família conseguiu resgatar essa menina e mandar de volta ao Paraguai. Então, pedi ao Secretário que aumente a fiscalização na fronteira nesse caso. Não tem como aceitar uma coisa dessas em pleno 2022. Mas, Sr. Presidente, venho aqui a esta plenária hoje também, devido ao que aconteceu na última semana, um fato que chocou nosso Estado, foi o assassinato de oito pessoas e posterior o suicídio, de um policial militar do nosso Estado. Mas cada vez que uma tragédia acontece, assistimos a manifestações das mais diversas, como algumas que partiram do nosso Comando da Polícia Militar, justificando a situação peculiar pela qual passava aquele policial e tentando crer que ele estava endividado por dívidas de jogo e abalado pela separação da esposa. Então, com todo o respeito que tenho pelo Comando-Geral, então todos os policiais vão se matar, quase a maioria. Todo mundo tem problema com dívidas, todo mundo tem problema com a família. É claro que isso não foi o motivo. O motivo é que aquele policial estava doente. Mas não vou entrar no mérito dos motivos que levaram a essa tragédia, até mesmo porque, nos últimos anos, diversos policiais se suicidaram, desanimaram com a sua vida, desapontados com a carreira que escolheram, desesperados, por não poderem oferecer às suas famílias uma condição de vida melhor. Na última década, a profissão Policial Militar tem passado pelas maiores privações possíveis e o risco da profissão é cada dia pior, pois a criminalidade aumenta dia após dia e os bandidos estão cada vez mais armados e violentos, e o salário dos policiais cada vez mais defasados, obrigando-os a fazerem “bicos” para sobreviver e colocar comida na mesa dos filhos. Escalas de serviço estão cada vez mais apertadas, resultado de uma



falta de políticas públicas e de planejamento estatal que obriga os policiais a trabalharem de 70 até 100 horas semanais. E ainda uma falta de apoio psicológico aos policiais, falta de apoio psicológico, sim, que vou explicar por quê. Na última semana, o alto-comando da PM destacou o Programa Prumos, de atenção à saúde mental aos policiais, mas esse Programa funciona em poucas cidades, com poucos profissionais, obrigando os policiais a deslocamento de vários quilômetros para um atendimento – quando conseguem vaga para esse atendimento. Ainda só conseguem ser atendidos quando conseguem apoio do comando local para que a escala de trabalho lhe permita esse atendimento. Apenas como exemplo, em Cascavel e região, temos dois psicólogos nesse Programa. Não obstante isso, o Prumos só oferece atendimento àqueles que buscam, quando, na verdade, o atendimento psicológico a policiais deveria ser preventivo. Então, o que acontece, meus amigos? Os policiais muitos não vão atrás desse apoio aqui, devido a esses diversos problemas, e também muitos são tachados de vagabundos pelos próprios comandantes. *Olha, ele quer a folga, ele quer a dispensa!* E muitos policiais não vão! Sabem que eles estão doentes, vão ter que ser dispensados e vai sobrecarregar o seu companheiro que ficou na escala de serviço. Mas parece que cada desgraça que acontece, o Estado só oferece sabe o quê? Justificativas. Não oferece ações concretas em favor e um cuidado especial com os policiais. A forma de o Estado cuidar os nossos policiais é evitar desgraças e oferecer salários condizentes à função. É oferecer estrutura de apoio psicológico e é também fixar jornadas de trabalhos decentes como todas as demais profissões possuem. Nesse sentido, apresentei lá em 2019 a PEC 04, em 20 de março de 2019, e apesar do art. 226, § 1º do nosso Regimento Interno prever que, recebida a PEC, a CCJ deve se manifestar em cinco Sessões Ordinárias, ela encontra-se parada na CCJ desde 17 de março de 2020, quando desapareceu dos projetos em tramitação naquela Comissão. É uma tremenda falta de respeito aos profissionais da Polícia Militar e Bombeiros Militares. Essa PEC prevê a fixação de carga horária aos PMs e Bombeiros Militares, direito que já existe em todos os demais servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada. Há duas semanas fui atrás e conversei com



o Presidente da CCJ, que pediu que conversasse com os demais membros da Comissão, para pautar, novamente, essa PEC. Fiz isso, e de todos os Deputados membros da CCJ obtive apoio. Relatei isso ao meu nobre Deputado Nelson Justus, mas a PEC continua fora de pauta. Certamente existe, sim, a ação do Governo que não tem interesse em aprovar nada que beneficie os policiais militares – mesmo que seja um direito deles. Porém, creio na autonomia desta Casa de Leis e na observância que eu, os membros da Mesa e todos os Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas devemos ter no Regimento Interno. Solicito, portanto, ao Presidente da CCJ – meu nobre amigo Deputado Nelson Justus – que seja pautada imediatamente a PEC 04/2019. E, após a sua admissibilidade, seja constituída, por ordem do nobre Presidente Traiano, no prazo de 10 Sessões, a Comissão Especial prevista no art. 227, § 3º do Regimento Interno desta Casa. Assim, Sr.^s Deputados e Sr. Presidente, quem sabe poderemos resolver um dos maiores problemas que atinge nossos policiais: o esgotamento físico decorrente de extenuantes jornadas de trabalho que refletem diretamente na vida pessoal e familiar dos nossos policiais. O policial, antes de tudo, é um ser humano e, como tal, dificilmente consegue separar a vida profissional da familiar, levando para casa o que sofre nas ruas. A aprovação dessa PEC, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, Sr. Presidente, demonstrará o verdadeiro empenho desta Casa em prestigiar, valorizar e proteger os policiais militares do Paraná. Senhor Presidente, creio que os policiais estão cansados de desculpas, de discursos demagogos. Queremos é ação. Ação do Governo do Estado, a PEC está ali. Temos os problemas, a resposta está ali, a solução do problema está ali. Basta o Estado querer resolver esse problema. Então, peço ao nobre Presidente da CCJ que coloque em pauta essa PEC, que é muito importante aos policiais e bombeiros militares do Estado do Paraná. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registraramos a presença em nossa Casa do Deputado Federal Ricardo Barros. Obrigado pela presença. Registraramos também a presença em nossa Casa da Professora da Unespar, a Sr.^a Mábile Piacentini, da Professora da UEL, Sr.^a Jaci Carla Souza da Silva, da



Professora da Unicentro, Sr.^a Sibeli Lenk, e da Professora da Universidade Federal do Paraná, Sr.^a Izabel Jazinski, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato. Obrigado pelas presenças. Próximo orador no horário das Lideranças, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Venho à tribuna, Sr. Presidente, para relatar um pouco do que foram as nossas visitas feitas no dia de ontem, em Foz do Iguaçu, conforme havia sido determinado pela Assembleia Legislativa, quando constituiu uma Comissão Especial composta pelo Deputado Jacovós, Deputado Arilson, por mim e que, na segunda-feira, fez uma série de reuniões com várias entidades em Foz do Iguaçu – obviamente que referente à situação que vitimou Marcelo Arruda domingo passado. Estivemos na parte da manhã com a Casa dos Defensores de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu, Centro de Defesa de Direitos Humanos de Foz de Iguaçu e também lá já nos foi dito que havia sido feita uma manifestação em registro de outras pessoas que também tinham sido ameaçadas. Na sequência disso, Sr. Presidente, conversamos com a Sr.^a Pâmela, que é a esposa, aliás, viúva, ex-esposa, viúva, do Marcelo. Ela relatou como que aconteceu, na versão dela, como que aconteceram os fatos naquele dia. Fomos a seguir até o local onde aconteceu o assassinato e, Deputado Romanelli, quando vemos as imagens, a impressão que dá é que aquele local é um local grande. E não é! É um local pequeno a Associação, é um local pequeno, talvez com 50 metros quadrados, tem quatro, cinco mesas; a distância que o Marcelo foi alvejado dá três metros, quatro metros. Solicitamos, inclusive, se havia rondas habituais, não há rondas habituais. Então, aquele argumento que era ronda que estava sendo feita, de fato, não se confirma. A Sr.^a Pâmela, que é Policial Civil, ela nos contou que quando ela estava, em um primeiro momento quando ela estava lá e chegou o Jorge, ele havia já dito algumas ameaças a eles e eles não levaram em conta. Quando ele voltou, eles viram que estava voltando – o Marcelo havia, como todos sabem aqui, havia pegado sua arma e ficou com a arma na mão e ele também – e a Pâmela o tempo todo com o distintivo tentando, se identificando e tentando fazer com



que fossem abaixadas as armas, o que não aconteceu. Em um prazo de 10 ou 20 segundos são dois disparos: um atinge a perna e o outro atinge a região abdominal. Não vimos o laudo, mas, segundo as informações dadas inclusive pelos médicos, possivelmente atingiu – e ela nos falou isso – o fígado e teve um rompimento, com hemorragia interna, que o levou a óbito. Logo depois disso, a pessoa caminhou até o próprio Marcelo, com mais dois tiros, mas nenhum deles atingiu. Há sinais de bala nas paredes. Esse Sr. Jorge foi empurrado pela Pamela e aí todos viram o vídeo: ele sai e é alvejado pelo Marcelo. Na sequência disso, fomos até o local. O local, como falei, é um local pequeno. Não há aquela versão que havia sido atirado pedra. Quando foi dito que foi jogado pedra, não corresponde à realidade, porque há uma floreira lateral, uma floreira pequena de um metro e meio, com terra, só terra. Até ontem, havia barro por causa da chuva, havia barro no local, mas não tem terra. Daí saímos dali, soubemos que o porteiro, na segunda vez que o Sr. Jorge veio, o porteiro perguntou se ele estava... ele não era da festa, que não poderia entrar porque era uma festa privada, e ele teria dito ao porteiro que era para ele não se meter naquilo, porque não era com ele. O porteiro abriu o portão. É um portão de metal, grande, foi só empurrado. Ele entrou e as consequências todos aqui acompanharam na sequência. Estivemos com a Delegada Ione. Questionamos a delegada por que não foi o telefone... A prisão foi feita em flagrante. Por que os telefones não foram recolhidos? Hoje, foi-nos esclarecido Pela Delegada-Geral, aqui de Curitiba, que os telefones não foram recolhidos porque, primeiro, as pessoas foram levadas pelo Siate ao pronto-socorro e, chegando lá, aliás, ao hospital, perdão, chegando lá, os telefones foram devolvidos tanto depois à viúva do Marcelo como à esposa do Jorge. Perguntamos também à delegada por que foi demorado para ser pedida a quebra do sigilo telefônico. Foi pedido daí na quinta-feira porque quando pediram o telefone para a Francielle, esposa do Jorge, ela se recusou a entregá-lo por orientação do seu advogado. Disse que não iria entregar, só ia entregar se houvesse uma determinação judicial, coisa que aconteceu na quinta-feira. Hoje, este telefone já está de posse do Gaeco, aliás, dos promotores. Fizemos outro questionamento a respeito da afirmação que o Sr.



Jorge estava em óbito às 7 horas da manhã. A informação foi essa. E a delegada nos disse que isso aconteceu porque a informação veio do hospital. Fomos até o hospital, conversamos com o diretor-geral do hospital, com o seu diretor jurídico e com a sua assessoria de comunicação, e o hospital informou que não. Ao contrário, em nenhum momento foi informado que o Sr. Jorge estava em óbito, até porque estava acompanhado pela sua família e pelo Depen Nacional. Estivemos, depois, com o próprio Juiz da causa, com o Ministério Público. O Ministério Público estava questionando por que eles haviam mandado, segundo eles, Dr. Mafra e também o Dr. Tiago, já haviam enviado aqui para Curitiba o telefone para que fosse feito todo processo de transcrição, e não havia acontecido isso ainda até o dia de ontem. Não havia acontecido nada. Hoje de manhã, depois, na sequência, também, o Arilson esteve, o Deputado Arilson esteve conosco, vai poder relatar melhor, mas, ontem, quando questionamos por que não havia sido feito isso, não se sabe exatamente por que. A verdade é que, nessas várias visitas que fizemos e concluímos, hoje, no Gaeco, com a visita ao Dr. Leonir Batisti, depois, logo a seguir aqui com a Doutora que é da DHPP, mas a verdade é que tem algumas coisas muito, diria que muito confusas as afirmações que foram feitas. Uma delas é que a pessoa, o Jorge teria agido porque foi humilhado. Até perguntei para a delegada: *Mas ele foi humilhado quando? Quando ele resolveu ir à festa?* Porque ele soube da festa por alguém que passou para ele, porque tinha acesso às câmaras internas de vídeo da associação. Ele estava em outra festa, em outra associação, as famílias não tinham a menor relação, não se conheciam. A Pamela falou que nunca havia visto nem a mulher dele, nem ele, nem a filha dele. Não há nenhuma razão. E perguntei para delegada: *Mas ele se sentiu ofendido quando?* Por que ele foi até lá, não é? Foi até lá, fez uma série de afirmações e, depois, disse que ia voltar. E de fato voltou, e o desfecho todos conhecemos. Também solicitamos à delegada que se isso se enquadrava como crime político, ela tecnicamente disse que não, porque não há crime político na nossa legislação, não há razão para isso, mas certamente não foi porque se sentiu ofendido, porque não há como se sentir ofendido quando você vai procurar aquela a razão. Mas isso aí é algo que vamos



colocar no relatório que estamos fazendo, a Comissão estará fazendo. Estamos acompanhando agora, o Ministério Público deve amanhã fazer a sua manifestação, é possível que seja pedido um prazo maior, a partir desse episódio, mas o que, e depois acompanhando também aqui o suicídio do guarda que trabalhava, o vigilante que trabalhava na Itaipu, que estava, não sei se estava na festa, mas teve conhecimento. Algumas pessoas, segundo a delegada, algumas pessoas haviam dito que ele teria passado, não se sabe se passou ou não passou as informações do que estava acontecendo, mas a verdade é que fizemos duas solicitações. A primeira é que gostaríamos aqui, o Delegado Jacovós não está aqui hoje, mas que a Assembleia Legislativa encaminhasse ao Governo do Estado uma solicitação para a criação de uma força-tarefa para que ela receba as denúncias, porque elas estão acontecendo em vários locais, receba e dê encaminhamento às denúncias de ameaças políticas. Nesse período, Deputado Romanelli, que vamos ter até as eleições, ainda que alguns digam que elas não vão acontecer se não tiver papelzinho escrito, mas até as eleições sabemos que haverá uma série de situações muito delicadas. E fizemos aquilo que a Assembleia nos determinou. Vamos fazer essa sugestão. Fizemos também aqui uma série de ponderações, tanto à delegada, em Foz do Iguaçu, como a delegada, hoje, aqui, sobre as coisas que estão acontecendo. Falamos com o Dr. Leonir e ele nos informou que iria solicitar hoje mesmo que as fitas fossem, aliás, que o telefone fosse decodificado. Talvez leve alguns dias, mas que ele possa ser decodificado para sabermos se a pessoa conversou com alguém, não conversou, se ele era uma pessoa isolada, se tinha contato, se alguém determinou ou o incentivou a ir. Enfim, são perguntas que... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): São perguntas que ainda não temos as respostas. O que fica certo é que houve de fato um crime, esse crime tem uma conotação política. As razões expressas pelo Jorge, no início, eram razões



políticas. Fez essa afirmação. Aconteceu, na sequência, algo que não podemos supor como seria se ele não tivesse sido alvejado, se ele iria se dirigir à churrasqueira onde estavam as outras pessoas, até porque estava com a arma em punho, se iria se dirigir ou não. Mas vamos continuar acompanhando, Sr.^s Deputados, porque é extremamente importante que a sociedade paranaense tenha uma resposta e uma resposta efetiva, eficaz e eficiente sobre o que aconteceu. O Jorge continua hospitalizado, agora no Hospital Costa Cavalcanti, seu estado é estável, mas ninguém tem informações a respeito... Para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Ninguém tem informações a respeito do seu estado de saúde, porque os boletins não estão sendo permitidos. O advogado da família agora é um advogado contratado no Rio de Janeiro, da família do Jorge, é um advogado do Rio de Janeiro, e quinta-feira fará a primeira reunião com a Francielle, esposa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Esposa do Jorge. Era isso, Sr. Presidente. Esse relato do que visitamos lá.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registraramos a presença em nossa Casa do Vice-Prefeito de Uraí, Sr. William Xavier, e do Vereador, Sr. Fernando, o Pelinho, por solicitação do Deputado Ricardo Arruda. Obrigado pela presença. Registraramos também a presença em nossa Casa da Vereadora Mara Boca Aberta, mãe do Deputado Boca Aberta Junior. Obrigado pela presença. Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas e os que nos acompanham aqui no Plenário e também na *TV Assembleia* e demais mídias. Bom, tenho três assuntos aqui a dizer.



Primeiro, recebi aqui uma denúncia grave do município de Apucarana, que envolve a área de saúde. O que me causa muita estranheza, porque o Ex-Prefeito, Beto Preto, foi Secretário de Saúde aqui do Estado do Paraná e quem está no lugar dele, o Vice-Prefeito, o tal Júlio, da Femac, não está agindo de acordo com pacientes em estado grave no tratamento na área de oncologia, por falta de equipamento, enfim, é uma história complicada. Recebi ontem essa denúncia e vamos começar a apurar a partir de hoje, então com certeza na segunda-feira teremos muito a dizer aqui sobre este caso, mais um caso grave de saúde pública e inexplicável, porque dinheiro não faltou para a saúde em nenhum município do nosso Brasil. O segundo caso aqui, ouvindo o Deputado Tadeu Veneri falar sobre aquele crime, aquele lamentável crime que houve em Foz do Iguaçu, volto a dizer, como já disse: papel de Deputado não é investigar crime. Temos que respeitar o dinheiro público e parar de fazer politicagem, porque a própria família da vítima disse, gravou um vídeo dizendo: *Não queremos politicagem com este caso*. A polícia do Paraná já investigou o caso e já descartou qualquer tipo de crime político. Aquilo foi um desentendimento. Quando o Tadeu fala que não tinha pedra, deveria ter terra e jogou terra. Se fosse crime político, qualquer pessoa normal iria entender isso; se a pessoa fosse lá para matar, ele teria matado naquele momento em que o cara jogou terra na cara dele, que a pessoa estava bem perto dele e ele com a arma na mão. Então, é mais uma narrativa que a esquerda quer fazer não sei para quê! Todo o caso que envolve PT tem que ter narrativa, foi a Marielle... Agora, os casos graves, Celso Daniel, que eles são os culpados, não pode falar, não houve crime! O atentado ao Bolsonaro é melhor não falar, não se pegou o telefone de ninguém, nada; agora, quando há qualquer um envolvido com o PT, aí tem que se fazer a polêmica. Vocês do PT deveriam investigar quando aquele Vereador do PT empurrou o empresário que xingou o Lula e quase matou o empresário e o Lula ainda bateu palmas e falou: *Parabéns por me defender*. Aí o crime pode! Quando é a favor do PT, qualquer crime é válido. Esse Partido realmente já está totalmente desprovido de qualquer tipo de credibilidade. Bom, o assunto importante de hoje, o mais importante é parabenizar o nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro, que ontem deu uma



aula, uma aula ao STF, ao TSE. O Presidente Bolsonaro, desde o primeiro dia de mandato, vem sendo atacado pela “Globo Lixo” e a Miriam Leitão, que tem algum problema mental, ontem já vomitou pela boca de novo, Plauto, dizendo que o Bolsonaro ontem cometeu no mínimo 20 mentiras. Sabem quem avaliou as mentiras? O STF. Aí pergunto: Quem é que tem mais credibilidade com o povo brasileiro, o Presidente Bolsonaro ou o STF? Qualquer um sabe quem é que tem mais credibilidade, óbvio que é o Presidente Bolsonaro. Ele sábia e estrategicamente convidou vários embaixadores do mundo inteiro e expôs todas as barbaridades e arbitrariedades cometidas pelo STF e também pelo TSE em nosso País. Desmascarou todos... a todos, não, os envolvidos, Barroso, Fachin e Alexandre de Moraes. Gente, vi o Presidente falando, ele estava constrangido e falou três vezes: Sinto vergonha de ter que expor isso ao mundo. E por que ele tem que fazer? Porque nenhuma grande mídia fala nada. A *Globo*, ao contrário, já está defendendo o STF. Incrível! Incrível. O Fachin, que é o Presidente do TSE, ele que “descondenou” o Lula, que estava lá julgado e condenado em primeira, segunda e terceira instâncias, até no STF já tinham dado que era correta a prisão dele, ficou preso, aí esse sujeito que fez a campanha da Dilma, o Fachin, que defendia veemente o grupo terrorista chamado MST, ele é o Presidente do TSE, aí não há suspeição – no caso do Moro havia suspeição e aí no caso não tem. E esse mesmo Fachin esteve em Nova Iorque falando mal do Governo, convidou as embaixadas aqui, 70 embaixadas para no dia 2 de outubro estarem aqui para validar as eleições. Como que embaixadores de outros países vão validar, se não tem como comprovar o voto, é só urna eletrônica? Lembrando que em 2014 o Lula assinou a lei que era obrigatória urna eletrônica com voto impresso. Esse mesmo PL foi aprovado no Congresso Nacional. Estou relembrando os fatos que o Bolsonaro explicou em um telão gigante, todos os embaixadores que ali estavam viram e isso vai para o mundo inteiro. E é importante que vá para o mundo enxergar que quem quer montar um golpe aqui nas urnas não é o Presidente, não é o cidadão de bem, são os membros do STF e do TSE, que não aceitam de jeito nenhum a evolução da urna eletrônica, algo tão simples, não é! Como que alguém não quer tornar algo mais transparente, a urna



eletrônica com o voto impresso? O mundo já mudou, o mundo, só tem três países no mundo que não fizeram isso, o Brasil e mais dois países pequenos! A Argentina está na terceira geração de urna eletrônica com o voto impresso e código de barras! Como que o Fachin convida as Forças Armadas para fazerem parte, aí eles, lógico, está cheio de técnicos, acharam um monte de falhas, sugeriram as mudanças e ele falou que não, que essas mudanças eles verão em outra eleição e nesta não. Porque nesta o Lula tem que ganhar. Alguém tem alguma dúvida disso? Não. Ninguém no Brasil tem dúvida. Ninguém. E o Presidente foi detalhista, ele escancarou as falas autoritárias do Ministro Alexandre de Moraes, que vai cassar o registro de quem falar mal das urnas, que vai mandar prender sem julgamento, ele vai “canetear” e prender! Mostrou que ele mandou prender um Deputado Federal que usou do seu artigo, da sua imunidade parlamentar, conforme o art. 53 da Constituição Federal, para falar as suas ideias. Mandou prender. Ele revelou ao mundo as atitudes antidemocráticas da Suprema Corte que põem em risco a democracia do nosso País. Olha, creio que foi um divisor de águas essa reunião. O mundo inteiro hoje sabe quem é quem no STF, no Tribunal Superior Eleitoral, e o mundo imagina quem é que pode tentar dar um golpe. Ele ainda deixou lá que o processo da Polícia Federal, que foi a denúncia do próprio TSE que afirmou que os *hackers* invadiram e houve manipulação nas eleições, ficaram oito meses lá dentro, os *hackers*, então quando eles falam que é inviolável é mentira, e ele falou que pode mandar cópia desses processos para qualquer embaixador que pedir. Então, está escancarado que a nossa urna é frágil, foi violada e foi denunciada pelo próprio STF e pelo TSE. Então, eles foram réus confessos de que esta urna não é segura e que o único jeito de o Brasil ter uma votação séria e transparente é a urna eletrônica com o voto impresso ou aceitarem as colocações que as Forças Armadas colocaram, as sugestões na parte de tecnologia da urna eletrônica para evitar fraude e agora ele não quer, falou que quem cuida da urna é a força desarmada. E por que convidou? Convidou para quê, então? Quando ouviu que descobriram as falhas, não quer aceitar. Então, isso aí já está tão escancarado para todo mundo, escancarado



que eles não querem urna transparente e quem não quer transparência está de má-fé. Vou esperar o meu minuto final, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado. Seu minuto final.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Então, para concluir, jogada de mestre do Presidente Bolsonaro. Deixou o Fachin raivoso, que falou: *Agora chegou ao limite*. Ao limite, Sr. Fachin, já chegou há tempo! O limite foi quando você “descondensou” um bandido julgado, condenado e preso. O limite chegou quando você fez a campanha da Dilma e defendeu o MST. O limite chegou quando o Alexandre de Moraes mandou prender um Deputado Federal, contrariando a Constituição Federal, que eles deveriam ser os guardiões. A verdade foi para o mundo, que eles deveriam ser os guardiões. A verdade foi para o mundo e o mundo sabe se o Presidente tiver que tomar alguma atitude mais dura, para manter a democracia e a transparência nas urnas, ele terá o aval do povo, das Forças Armadas e da grande maioria dos países ao redor do mundo. A verdade nunca será escondida. Parabéns e que Deus abençoe.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, queria falar sobre um assunto mais sério, para ser bem honesto. Falar que acabou de acontecer o sorteio da Copa do Brasil, das quartas de final. O nosso Furacão, Clube Athletico Paranaense, acabou de poder ver quem é o seu primeiro adversário no primeiro jogo que, inclusive, será fora, que se trata do nosso freguês, o Clube de Regatas Flamengo. Então, quero comunicar a toda torcida rubro-negra, aos torcedores do Furacão, que certamente teremos aí grande êxito de passar para a próxima fase.



DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): *Pela ordem*, Presidente, por favor. Só uma questão aqui. Quando ouvimos um Deputado Estadual, 1.º Secretário desta Casa, após uma fala séria dessa, falar que importante é falar de time de futebol, lamento muitos os seus eleitores.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Deputado Arruda, com o devido respeito, o senhor estava falando de ficção na tribuna. Estou falando do mundo real.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O Brasil está vendo e esse áudio será colocado em vídeo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, não cabe debate, desculpe. Ele não podia me apartear e nem me retrucar. Escutei-o falando da tribuna. Divirjo, mas respeito o posicionamento dele, faz parte da democracia. Por outro lado, não admito ser confrontado naquilo que é legítimo de poder falar, aqui, *pela ordem*, está no Regimento e posso falar.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Está bom. Aqui virou uma Sessão humorística. Vamos falar de piada, então.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, peço aos Deputados que me permitam conceder a palavra ao Deputado Arilson Chiorato, pai recente, a quem queremos aqui desejar toda a felicidade do mundo.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Presidente, pelas felicitações. Quero cumprimentar cada um e cada uma que estão aqui. Não estive presente fisicamente nas Sessões por conta do nascimento do meu filho Heitor. Não pude me manifestar aqui na tribuna sobre o caso Marcelo Arruda.



Marcelo Arruda era um pai de família de quatro filhos, filiado ao Partido dos Trabalhadores, um guarda-municipal com 28 anos de carreira, um militante, um ativista, uma pessoa que teve sua história de vida demonstrada para todos e todas hoje no Brasil. Veio da favela de Foz do Iguaçu, construiu uma família e teve a sua vida interrompida pela intolerância e pelo ódio na política. Ódio e intolerância que são promovidos por muitos atores políticos atualmente, principalmente pelo inominável que ocupa a Presidência da República. Essa exaltação à arma, exaltação à violência, ameaças veladas, críticas às instituições como o STF, descreditar urnas eletrônicas e ameaçar a ter rebeliões, usar o nome do Exército, das Forças Armadas fizeram que o Brasil se tornasse o País do ódio. O País do ódio, ao mesmo tempo o País da miséria, com 33 milhões de pessoas passando fome. O País do ódio e o País do desemprego, com mais de 15 milhões de pessoas desempregadas. O País do ódio, da violência e da 13.^a economia mundial, largou de ser a 6.^a. Mas se fossem danos somente econômicos e sociais, a troca de um Governo já resolveria de claro isso, mas promoveu-se um ambiente onde as pessoas passaram a ser pressionadas psicológica, política e agora fisicamente. A morte do Marcelo Arruda tem as mãos do bolsonarismo. A morte do Marcelo Arruda precisa de investigação mais pontual, mais célere, no sentido de as provas a serem colhidas e outras coisas mais. E venho aqui hoje, Presidente, falar disso. Quero aqui me dirigir ao Governador Ratinho Junior. Governador, precisamos fazer com que as forças de segurança do Paraná transmitam mais tranquilidade nas apurações para a população e para as famílias. Aqui quero falar das duas famílias. A esposa do Jorge, do assassino, *sangue frio* bolsonarista, não tem culpa do ocorrido, com o seu filho, obviamente. A Pâmela, esposa do Marcelo, com os outros filhos do Marcelo estão sofrendo muito. As lacunas que estão expostas por conta do inquérito precisam ser debatidas. Primeiro, o inquérito prematuro, com seis dias apenas. Hoje, era a data para a entrega final do relatório, mas, não, o Governo do Paraná, por meio da força criada, entregou de forma rápida esse inquérito. Cheio de vícios, primeiro pela Delegada Iane, que anunciou a morte do Jorge e depois de 12 horas voltou atrás. Colocou a culpa no hospital e o hospital, foi informado ao



Deputado Tadeu, que não houve morte, muito pelo contrário, eles não fizeram isso. Segundo, a tal tese de que o assassino teria voltado ao local do crime por causa de ser humilhado. A esposa do Jorge, em seu depoimento, nunca usou o termo humilhação. De onde a delegada retira a tese humilhação, que ele voltou porque foi humilhado e porque foi “tacado” terra nele? Outro ponto que temos que colocar é também a tese da ronda costumeira. Olhem, não existia ronda costumeira. Ele deixou, o Jorge, o assassino, a direção da associação em dezembro e, segundo os relatos das testemunhas, passou uma vez durante todo esse tempo a fazer ronda, ainda não é sabido dizer o dia, a hora e o local, ou seja, não existia ronda costumeira. O que existe de fato é que o Jorge estava acompanhado do seu amigo Vaguino, do seu amigo Murbak e talvez de outros mais, porque não conseguiram qualificar ainda exatamente, em um churrasco, onde foram demonstradas, via celular, imagens de uma festa de aniversário que estava ocorrendo na associação e que tinha toalha vermelha do PT, toalha do Lula e era uma festa temática. O Jorge ficou indignado, enfurecido e sabe Deus lá por que foi ao local, onde não era convidado e nem conhecia as pessoas. Chegou com palavras de afronta. Chegou gritando: *Aqui, é Bolsonaro, ‘porra’* – como mostram as gravações e que, inclusive, passou no Fantástico, domingo. Chegou querendo fazer o que sabia, a provocação ou mais do que provocação. Não conseguimos colocar exatamente o que aconteceu. Tanto que o seu amigo Murbak, que estava no churrasco, agora mudou a versão, disse que não foi ele que apresentou as imagens. Ele estava no celular dele olhando e o assassino viu por trás e resolveu ir lá. O fato é que ele esteve lá, xingou as pessoas, fez provocações, apontou a arma ao Marcelo, ao sair com a sua esposa, aliás, a policial civil já havia se identificado como policial e pediu para ele parar com isso e recolher a arma, e ele não recolheu. Resultado final, foi para casa, deixou a família, pelo menos parece ser a casa, voltou e cometeu um assassinato, entrou atirando. Não tem essa tese que não houve motivação política. O cara foi ao aniversário de pessoas desconhecidas por motivo político. O cara chegou com o som ligado da música do Bolsonaro, por motivo político. O cara sacou a arma, motivação política, mas, na hora de disparar o gatilho, não é motivação política. A Polícia do Paraná precisa dar



mais esclarecimentos. Não foram apreendidos no tempo normal os celulares. Não foi quebrado o sigilo telefônico, os das mensagens, os do aplicativo. Tanto que para a surpresa de todo mundo, nesse domingo, suicidou-se o Claudinei Cogo, aliás, a nossa solidariedade à família, outra pessoa que fazia parte do processo, que sequer foi ouvida pela Polícia do Paraná. Ou seja, tivemos testemunhas indicadas pelos familiares não ouvidas, não tivemos averiguação dos aparelhos telefônicos, nem sequer fizemos um rastreio do GPS da movimentação do Jorge, o assassino, e não sabemos se ele foi lá por alguém ter motivado ou não, ou se quando ele veio na primeira vez e voltou na segunda falou com alguém, trocou mensagem, ou se falou. Ou seja, há muitas lacunas expostas. E quero aqui, para encaminhar, pedir algumas coisas. Primeiro deixar claro que o inquérito é para toda a sociedade, não é só para Delegacia ou só para uma família. Segundo, precisamos que todas as perícias estejam contempladas no processo do inquérito, desde a gravação de imagem do celular do homicida e todas as demais sejam concluídas amanhã pelo Instituto de Criminalística para se ter, amanhã que digo o mais breve possível, para se ter informações mais precisas. Solicitamos, Presidente Traiano, uma reunião com o Governador Ratinho Junior. Precisamos sentar com o Governador para ajudar a elucidar esse crime. Não estou aqui criticando o Governador, não é isso, é que esse tema é delicado, precisa de resposta mais rápida, por tudo o que está sendo exposto, que pode ter faltado no inquérito. Ontem o Juiz de Direito da 3.^a Vara Criminal ordenou novas diligências imprescindíveis pelo oferecimento de denúncia do Ministério Público, que comprova que a conclusão do inquérito policial foi precipitada, atendeu também a novas diligências solicitadas pelo advogado de defesa da família da vítima. Ou seja, há espaço para reconstruir isso. Precisamos, Deputado Tadeu, Deputado Jacovós não está aqui hoje, que estiveram ontem em Foz do Iguaçu acompanhando, hoje conversamos com o Doutor Leonir Batisti do Gaeco e com a Delegada Camila, que tenha mais informações contidas nesse inquérito, porque do jeito que está hoje ele é frágil, não responde a nada. E, sim, precisamos destampar nele a real verdade, que é a motivação política. Não podemos esconder isso, ainda mais porque estamos nos aproximando do dia 2



de outubro, os ânimos podem ficar ainda mais acalorados e terem novos crimes como esse. Então, aqui não é uma questão do PT, do Partido “A”, do Partido “B” ou do Partido “C”, ou da Oposição ou a da Situação, é uma situação do povo brasileiro... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Precisamos de respostas para toda a sociedade, inclusive a brasileira. Precisamos que o Governador participe desse processo, seja o ordenador junto à polícia para tratativas mais pontuais e científicas de inquérito, não podemos transformar isso em uma guerra política, porque muitos aqui fazem discursos inflamados, como antes um pouquinho da minha fala aqui. Precisamos que esses obstáculos sejam removidos, Presidente, para o caso não ter que ser federalizado, ou encaminhado à Corte Internacional de Direitos Humanos. Aqui precisamos de parcimônia. Não estou tirando a credibilidade ou criticando a Polícia Civil não, estou criticando alguns processos precipitados que ocorreram pelas duas Delegadas, que é o que me parece, ou alguns participantes do processo de inquérito, e precisamos de Justiça, e Justiça com jota maiúsculo.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, o Deputado Arilson, como integrante do PT, aliás, ele é Presidente do PT no Paraná, ele tem todo o direito de fazer o discurso que faz. Agora, o discurso do Deputado Arilson deixa claro como foi um erro desta Assembleia montar esta Comissão que foi feita com dois membros do PT, de três integrantes. Nos últimos quatro anos essa Assembleia não montou Comissão alguma para investigar crime



algum. Uma série de policiais paranaenses foi morta no serviço e não montamos Comissão alguma.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero, a decisão de montar esta Comissão foi única e exclusivamente de competência da Mesa Executiva. Não vejo que teremos problemas por ter dois Deputados do PT. O Deputado Delegado Jacovós é um homem experiente, capaz, Delegado, tem uma folha de serviços prestados, esteve junto. Portanto, não vejo razão para que venhamos aqui suscitar dúvidas. O discurso é da liberdade de expressão do Parlamentar, ele pode, enfim, usar a tribuna, falar o que pretende e o que deseja. Mas, não será, com certeza, essa participação que vai alterar as regras do jogo; podem até sugerir, mas a decisão é da competência de quem está presidindo a instauração desse inquérito. Então, em minha opinião não há, não cabe a questão de ordem.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para deixar claro, então, não falo em nome da Assembleia, falo em nome da Mesa Diretora, que nomeou a Comissão, para deixar isso bem claro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, quando a Mesa Diretora designa uma Comissão, fala em nome da Assembleia. O senhor me perdoe, mas é prerrogativa da Mesa essa decisão. E, aliás, também já aqui quero aproveitar o momento para lhe responder sobre o questionamento de ontem do convite do Presidente do Tribunal de Contas, já confirmou, estará aqui na segunda-feira, às 15 horas.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, *pela ordem.*

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não gostaria de usar novamente a palavra, Sr. Presidente, mas o Deputado Homero está sendo extremamente injusto com os Deputados que se deslocaram. O Deputado Arilson não pôde ir, Deputado



Homero, porque teve um problema de saúde com o seu filho. Eu e o Deputado Jacovós passamos o dia inteiro ouvindo as pessoas, o dia inteiro. Fizemos, ontem saí de Foz do Iguaçu de carro às 16 horas e cheguei a Curitiba 1 hora da madrugada. O Delegado Jacovós e eu tivemos acordo em todas as nossas oitivas que fizemos, não houve uma declaração contraditória na imprensa, nenhuma. Aqueles que veem e vão ver que falamos, não em nosso nome, em nome da Assembleia daquilo que nos foi designado a fazer. Então, Deputado Homero, perdoe-me, mas é injusto com o Deputado Jacovós, que esteve lá comigo, porque passamos praticamente as 24 horas que estávamos lá só fazendo isso e não emitimos nenhuma opinião pessoal. Só para deixar registrado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência e a Mesa Executiva da Casa confia na competência e com certeza na integridade dos Sr.^s Deputados. Qualquer Comissão que se instale aqui, não podemos duvidar da ação dos Sr.^s Deputados, sejam eles da Situação ou da Oposição. Peço aos Sr.^s Deputados que ainda não registraram presença, por favor, que registrem, e que os Parlamentares que estejam em gabinetes que venham ao Plenário porque o primeiro Projeto da Ordem do Dia é uma PEC e precisamos de 33 votos. Portanto, o nosso quórum ainda está bastante limitado. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD),



Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (50 Parlamentares); **Deputados ausentes sem justificativa:** Anibelli Neto (MDB), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN) e Reichembach (UNIÃO) (4 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 339/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, que regulamenta prazos e reduz a burocracia para a caça da espécie exótica invasora javali-europeu (*Sus Scrofa*), em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento com o porco doméstico; **Autuado sob o n.º 340/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Dom Sergio Arthur Braschi; **Autuado sob o n.º 341/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, que estabelece diretrizes para a criação da função de agente de segurança educacional; **Autuado sob o n.º 342/2022**, dos Deputados Arilson Chiorato, Professor Lemos, Cristina Silvestri, Requião Filho, Luiz Claudio Romanelli, Tercílio Turini, Luciana Rafagnin, Goura, Tadeu Veneri, Boca Aberta Junior e Michele Caputo, que institui o Dia Estadual de Luta Contra a Intolerância Política e de Promoção da Tolerância Democrática, a ser celebrado anualmente no dia 9 de julho.



Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados**.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão da Proposta de Emenda à Constituição do Estado - PEC n.^o 3/2021, de autoria dos Deputados Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Ademir Bier, Anibelli Neto, Delegado Fernando Martins, Delegado Jacovós, Do Carmo, Galo, Goura, Luiz Fernando Guerra, Michele Caputo, Nelson Justus, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Luiz Claudio Romanelli, Delegado Francischini, Maria Victória e Guto Silva, que acrescenta o § 9.^º ao art. 179 da Constituição do Estado, para instituir o ensino da língua espanhola como disciplina obrigatória das escolas públicas do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão Especial de Reforma da Constituição. Na forma de Substitutivo geral da Comissão Especial de Reforma da Constituição. Vamos submeter ao voto a PEC na forma do substitutivo geral. Em discussão.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, essa PEC que já foi objeto de consenso na 1.^a votação, é uma PEC que representa o esforço coletivo dos professores da língua espanhola no Estado, da comunidade acadêmica, do Movimento Fica Espanhol, das associações comerciais, do Governo do Estado na figura aqui do Deputado Marcel Micheletto e do Deputado Tiago Amaral. Quero agradecer aqui ao Presidente, Deputado Paulo Bazana, que foi Presidente da PEC, com o Deputado Cobra e com o Deputado Tiago. A PEC, que é de minha autoria e de todos os outros Deputados aqui da Casa, é uma PEC importante que vai tornar o Paraná trilíngue, ou seja, já oferece a Língua Portuguesa, a Língua Inglesa e, a partir de agora, de forma



gradativa, a Língua Espanhola. Então, quero pedir o voto “sim” e agradecer a todos os Deputados desta Casa, a todas as Deputadas pela importância que é e pelo salto que é a educação paranaense. Voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Queria só justificar o meu voto que foi dado na CCJ. Não temos hoje, na nossa legislação estadual, nenhuma determinação da obrigatoriedade de matérias como Português, Matemática ou até mesmo o Inglês, que hoje é a língua estrangeira mais utilizada no mundo. No entanto essa PEC inscreve na Constituição do Estado a obrigatoriedade, pelo menos do oferecimento, da Língua Espanhola. Não acredito que seja justo e correto com as demais disciplinas e assim me manifestei na CCJ. É, por conta disso, que justifico o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Como encaminha o voto o Líder do Governo? A Oposição já encaminhou.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo libera a Bancada.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Meu voto é “sim”, Excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Mauro. Ainda pendentes os votos dos Deputados Marcio Nunes e Marcio Pacheco. Deputado Mauro, V.Ex.^a registra a presença, aí é possível votar. Não posso registrar o voto “sim” na PEC. Por favor, equipe técnica, assessorre o Deputado Mauro que está com problemas. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior,**



Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (43 Deputados); Votou Não: Homero Marchese (1 Deputado); Abstenção: Marcel Micheletto (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Reichembach e Tiago Amaral (9 Deputados).] Com 43 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção, está aprovado o substitutivo geral da PEC.

ITEM 2 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 662/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que altera a Lei n.^o 20.234, de 4 de junho de 2020, que institui a Campanha Estadual 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral aprovado em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar. Deputados Arilson, Artagão, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus e Tadeu Veneri. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima,**



Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Mauro Moraes e Reichembach (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o substitutivo geral.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 263/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que institui a Semana Estadual de Promoção à Saúde Mental nas escolas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Educação. Substitutivo geral da CCJ. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^º 1**, dos Deputados Marcel Micheletto, Tiago Amaral, Marcio Nunes, Tião Medeiros, Anibelli Neto, Luiz Fernando Guerra, Tercílio Turini e Gilson de Souza.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 105/2022, de autoria dos Deputados Gugu Bueno e Guto Silva, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Tigre Guerreiro de Artes Marciais, com sede no município de Diamante do Oeste. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Francisco Bührer, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Reichembach e Ricardo Arruda (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 105/2022.**

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD): Senhor Presidente, infelizmente não registrou o meu voto, é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 257/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 43/2022, que altera dispositivos da Lei n.^º 12.243, de 3 de agosto de 1998, que considera áreas especiais de interesse turístico e locais de interesse turístico, áreas e localidades situadas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Turismo e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Regime de urgência. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão o Projeto.



DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, gostaria de fazer encaminhamento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO GOURA (PDT): Se o senhor permitir, já posso encaminhar a emenda?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pode encaminhar, pois não.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhores Deputados, mais uma vez discutindo o Projeto que diz respeito ao Colit. Aqui discutindo o mérito. Encaminharemos o voto contrário ao presente Projeto. Já discutimos isso na Comissão do Meio Ambiente. A proposta do Governador Ratinho Junior visa o enfraquecimento do Colit. Por mais que haja problemas no Colit, como foi falado aqui em Plenário na primeira discussão, por mais que as pessoas entendam que o Colit seria “um entrave” ao suposto desenvolvimento do Estado, temos que entender, claramente que os Conselhos são meios de participação da população, da sociedade civil. São meios, pelos quais, podemos aperfeiçoar as políticas públicas. E a proposta do Governador Ratinho Junior aqui, que está sendo votada, ela concede, exclusivamente, ao Secretário Executivo do Colit, que é o Secretário do Meio Ambiente, que é indicado diretamente pelo Governador, uma série de competências, dentre as quais o deferimento de projetos urbanísticos que podem trazer uma verticalização do nosso litoral, o que não seria em si algo contrário, a favor, o contrário, mas tem que ser objeto de discussões. Então, entendemos que é, sim, um retrocesso na presente proposta, pois ela enfraquece os meios de democracia direta, os meios de participação. O Conselho tem problemas? Pois bem, vamos melhorar o Conselho. Vamos fortalecer o Conselho. Vamos envolver o conjunto da sociedade paranaense nas tomadas de decisões. E a Bancada de Oposição apresenta, então, uma emenda para que a emissão de diretrizes e exames de projetos urbanísticos e de edificações a serem analisados pela sua Secretaria



Executiva e aprovados pelo Conselho, para fins de anuência prévia, ouvido os demais órgãos competentes quando necessário. Então, vamos encaminhar contrário ao Projeto. Pedimos o voto “não” ao Projeto e pedimos o voto “sim” à emenda que será discutida na sequência. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede para os Deputados da Base votarem “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não” ao Projeto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede o voto “sim” para os Deputados da Base.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Deputado Marcio Nunes declara voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes é “sim”, Deputado Tadeu e Deputado Evandro? Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (6 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício,**



Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins e Reichembach (9 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e 6 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 257/2022. Quarenta votos com o voto do Deputado Luiz Carlos Martins, 6 “não”. Está aprovado o Projeto.

Vamos submeter ao voto a emenda. Em discussão a emenda. Em votação a emenda. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GOURA (PDT): Encaminhamos voto “sim” à emenda, pois ela fortalece a participação democrática do Colit.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “não” à emenda da Oposição. Voto “não” à emenda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Plauto está convidando os Deputados e Deputadas para irem a Ponta Grossa, amanhã, comemorar o seu aniversário. Deputado Alexandre Curi, seu voto, Dr. Batista, Evandro Araújo, Michele e Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (10 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo e Reichembach (8 Deputados).] Com 10 votos favoráveis e 36 votos contrários, está rejeitada a emenda.**



ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 306/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1104/2022, que cria o Foro Regional de Paiçandu na Comarca da Região Metropolitana de Maringá, os respectivos cargos de magistrados e servidores e altera a Lei n.º 14.227, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária (Codj). Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Boca Aberta Junior, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Ricardo Arruda e Luiz Carlos Martins? Alguém tem informação do Deputado Alexandre Curi? Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro e Michele Caputo (2 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Nereu Moura e Reichenbach (7 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e 2 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 306/2022.**

Item 7 - 1.ª discussão do PL 184, do Deputado Tercílio Turini, obriga...



DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, desculpe-me, votei errado. Meu voto é “sim”.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Senhor Presidente, é a minha situação também, se possível.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Então, é unanimidade a votação. Ok.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 184/2020, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que obriga os fabricantes de baterias automotivas, situados no Estado do Paraná, a incluírem indicador de carga nas baterias a serem comercializadas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda e Comissão de Defesa do Consumidor. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Votando. Deputados Boca Aberta, Cantora Mara Lima, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Nereu Moura e Paulo Litro.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, *pela ordem*. Só queria agradecer a presença do Prefeito Pecinha, que passou por uma situação com a esposa, fantástica esposa, Sônia, e que veio aqui hoje. Tem todo o nosso sentimento. Tenho certeza de que o Pecinha vai levantar a cabeça e seguir em frente, principalmente em nome da Sônia, e agradecer a todos os Deputados que fizeram aqui também seus pronunciamentos em favor do Pecinha. Nossos sentimentos, Pecinha. Que você continue na luta, sabemos da tua pessoa, da



tua capacidade e da influência que tem na nossa região. Deus te ilumine sempre, viu, meu irmão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seja bem-vindo o nosso querido Prefeito Pecinha. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Del. Jacovós, Douglas Fabrício e Reichembach (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 184/2020.****

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 504/2021, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui no Estado do Paraná o Dia da Conscientização sobre a Síndrome de Edwards (T18). Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio Nunes vota “sim”? Vota “sim”. Deputado Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Reichembach e Ricardo Arruda (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 504/2021.****

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2375/2022, do Deputado Goura, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura do Paraná acerca de reabertura do Canal da Música.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Encaminha-se como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encaminha-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**



Requerimento n.º 2433/2022, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando o envio de informações ao Secretário de Educação do Estado do Paraná, Sr. Renato Feder, conforme específica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.

Agora, Sr.^s Deputados, temos aqui requerimentos do Deputado Homero solicitando regime de urgência para 10 Projetos de Lei: Projetos 7, 137, 218, 237, 362, 245, 647, 663, 666 e 719: **Requerimento n.º 2453/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 7/2022; **Requerimento n.º 2454/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 137/2022; **Requerimento n.º 2455/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 218/2021; **Requerimento n.º 2456/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 237/2022; **Requerimento n.º 2457/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 362/2019; **Requerimento n.º 2458/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 245/2019; **Requerimento n.º 2459/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 647/2021; **Requerimento n.º 2460/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 663/2020; **Requerimento n.º 2461/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 666/2019; e **Requerimento n.º 2462/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 719/2021. Em discussão.



DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adiados na forma regimental.

Requerimento n.º 2436/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 306/2022, da Ordem do Dia; e **Requerimento n.º 2452/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando a dispensa de votação de redação final para o Projeto de Lei n.º 257/2022, da Ordem do Dia.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados os Requerimentos.** (Requerimentos encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) (**O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário da bancada de Oposição.**)

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente, o 257, a Oposição quer registrar “não”. O requerimento do Deputado Marcel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado o voto da Oposição, em Ata.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2434/2022, do Deputado Sodado Fruet, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná e ao Diretor-Presidente da ParanáPrevidência requerendo a interrupção da cobrança previdenciária dos valores abaixo do teto do RGPS aos servidores ativos, inativos e militares do Estado; **Requerimento n.º 2438/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo informações sobre o teatro localizado no bairro Boqueirão; **Requerimentos n.os 2440 a 2448/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o registro e envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Lourdes Kerek; Anita Matias



Pinto; Darcy Costa Pinto; Mario Sérgio Sularevicsz; João Desplanche; Jerônimo Solda; Jacob Divino Barbosa Calixto; Gentil Mendes de Lima; e Durvalina Portela; **Requerimento n.º 2450/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Dr. José Laurindo de Souza Netto, requerendo a realização de estudos acerca do Fundo de Reequipamento da Justiça – Funrejus, especialmente quanto à possibilidade de cobrança escalonada/progressiva em propriedades urbanas, cobrança diferenciada em propriedades rurais e industriais, bem como possibilidade de isenção para cooperativas, associações sem fins lucrativos e outras assemelhadas.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2439/2022**, dos Deputados Arilson Chiorato, Mabel Canto, Maria Victória, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin e Cantora Mara Lima, solicitando a inclusão das Deputadas Cristina Silvestri, Maria Victória, Cantora Mara Lima, Mabel Canto e Luciana Rafagnin como coautoras do Projeto de Lei n.º 330/2020; **Requerimento n.º 2449/2022**, dos Deputados Cristina Silvestri e Professor Lemos, solicitando a inclusão do Deputado Professor Lemos como coautor do Projeto de Lei n.º 662/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri; **Requerimento n.º 2451/2022**, dos Deputados Goura, Luciana Rafagnin, Arilson Chiorato, Professor Lemos e Tadeu Veneri, solicitando a inclusão dos Deputados Luciana Rafagnin e Arilson Chiorato como coautores do Projeto de Lei n.º 288/2022.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do **Regimento Interno** (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2435/2022**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18 de julho de 2022.



Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 2437/2022**, do Deputado Anibelli Neto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de julho de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** na sequência, com a **Ordem do Dia**, já de conhecimento dos Sr.^s Deputados, que foi disponibilizada no *site* da Assembleia: 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 184/2020 e 504/2021; 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 351/2019 e 656/2020; e Discussão Única do Veto n.^º 7/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h01, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)